

## **O Capital - Livro 3: Capital financeiro e Capital fictício (Capítulos 19, 21, 25 a 27)**

Antônio Porfírio de Matos Neto<sup>1</sup>

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro III: O processo global de produção capitalista. 5. ed. Trad. Reginaldo Sant'anna. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.

Na integralidade de sua obra, Marx explica como funciona a sociedade capitalista, descrevendo suas características implícitas dentro das civilizações que a representam e como ela é organizada e fundamentada. A definição do capitalismo proposta por Marx utiliza a tese de que o trabalhador não obtém vantagens e subsídios necessários com o capitalismo, gerador do acúmulo de riquezas que o faz trabalhar e ganhar menos do que deveria, além da concepção sobre o pilar fundamental do acúmulo de riquezas nesse sistema econômico que é o valor de riqueza juntamente com o valor de troca.

A obra original foi dividida em quatro volumes, cada uma abordando sobre um determinado aspecto do capitalismo: O Processo de Produção do Capital, O Processo de Circulação do Capital, O Processo Global da Produção Capitalista, e a Teoria do mais Valia. Os três últimos volumes foram publicados postumamente, sob a responsabilidade de Engels, seu colaborador e seguidor.

Numa ampla concepção, a ideologia marxista prega a concepção de que o capitalismo deve ser extinto por meio da revolução social e da ação contínua do proletariado contra este sistema que explora o trabalhador, não se importando com o mesmo e suas condições e oportunidades de crescimento, mas sim com o que ele está produzindo. Ela defende ainda a utilização do comunismo como uma forma de governo igualitária no contexto social-econômico não só por meio da divisão de associações, mas também por uma economia que permita o benefício aos interesses da sociedade em geral.

O presente trabalho se volta para a análise de alguns aspectos abordados no Livro 3, intitulado O Processo Global de Produção Capitalista. De forma específica, para analisar os capítulos 19, 21, 25 a 27. O capítulo 19 aborda sobre o capital financeiro; o capítulo 21 se volta para a análise do capital produtor de juros; o capítulo 25 aborda acerca do crédito e do capital fictício; o capítulo 26 cuida da acumulação de capital-dinheiro e sua influência na taxa de juro; por último, o capítulo 27 analisa o papel do crédito na produção capitalista.

É, pois, no livro 3 de O Capital, que Marx analisa o processo de produção global, visto em sua totalidade, como uma unidade social interativa constituída pelos processos de produção e de circulação. Porém, o autor não desenvolve

---

<sup>1</sup> Mestre em Economia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS e membro da Academia Sergipana de Letras.

considerações gerais sobre essa unidade social, mas busca apenas descobrir e descrever as formas concretas dos capitais, na sua pluralidade, oriundas do processo do movimento do capital em geral, considerando esse processo como um todo e na forma de capital social global.

Assim, já tendo descoberto as leis de movimento do capital em geral, Marx busca analisar o movimento real do capital em suas formas concretas de enfrentamento ao longo dos processos imediatos de produção e de circulação como esferas da concorrência, em que os capitais plurais assumem determinadas formas específicas que se metamorfoseiam permanentemente em cada fase do processo cíclico da produção global capitalista: capital dinheiro (D), capital produtivo (P) e capital mercadoria (M). Assim, Marx (1980, p. 29-30) avança paulatinamente sua análise sobre as manifestações dos fenômenos na superfície da sociedade burguesa, estuda a ação recíproca dos capitais concretos e a consciência habitual dos próprios agentes da produção acerca da concorrência.

Em síntese, o Livro 3 trata do processo efetivo de produção, enquanto unidade do processo de produção imediata e do processo de circulação, unidade essa que, em sua realização, gera novas configurações. Marx examina tais novas configurações e, ao fazê-lo, aproxima-se passo a passo da ação recíproca dos diversos capitais e dos agentes, segundo ocorrem na realidade visível do mundo capitalista.

No capítulo 19, Marx aborda acerca do capital financeiro. E o movimento para se chegar a este tipo de capital é assim explicitado: o dinheiro efetua movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial e do capital comercial, mas quando ganha função autônoma de um capital particular, então se transforma em capital financeiro.

Explica Marx (1991, p. 363):

O dinheiro efetua movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial e, conforme podemos acrescentar agora, do capital comercial (pois este se incumbe de parte da circulação do capital industrial, parte que se torna operação própria e peculiar do capital comercial). Esses movimentos - ao se tornarem função autônoma de um capital particular que os executa, como operações peculiares, e nada mais fazem além disso - transformam esse capital em capital financeiro. Parte do capital industrial, e também do capital comercial, na forma dinheiro, existiria sempre não só como capital-dinheiro em geral, mas como capital-dinheiro empenhado apenas nessas funções técnicas.

Segundo Marx, a forma autônoma do capital, quando alcança a função capitalista de efetuar todas as operações financeiras, assume a característica de capital financeiro. Contudo, Marx não dá um conceito acabado de capital financeiro, mas Hilferding o propõe do seguinte modo:

Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial. Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário - de capital rendoso - e sempre pode ser retirado por eles em

forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado nos processos de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital a disposição dos bancos e pelos industriais (HILFERDING, 1985, p. 219).

Para Hilferding, o capital financeiro surge quando há uma integração entre o capital bancário e o capital industrial com a dominância dos banqueiros sobre os industriais. No mesmo sentido, o capital financeiro é o capital bancário, em forma de dinheiro, que se transforma em capital industrial, mas mantém sempre a forma de dinheiro. No capital financeiro aparecem unidas, na sua totalidade, todas as formas parciais de capital. O capital financeiro aparece como capital monetário e possui, com efeito, sua forma de movimento  $D - D'$ , dinheiro gerador de dinheiro. Ademais, no capital financeiro, é anulada a separação do capital bancário e do capital industrial. Daí que, para Hilferding, o capital financeiro significa a unificação do capital e os setores do capital industrial, comercial e bancário se fundem na alta finança.

Desta forma, na fase monopolista do capitalismo surge o fenômeno do capital financeiro, é caracterizado pela união entre o capital industrial e o capital bancário, mas sobre a dominância do segundo. Como a concentração de capital é liderada pelos bancos, que reúnem o capital e ofertam crédito, o capital industrial, que antes era independente, acaba se mesclando com o capital bancário e formando o capital financeiro. Assim, o capital financeiro surge a partir da predominância dos bancos na atividade produtiva.

No capítulo 21, denominado “O Capital Produtor de Juros”, na quinta parte onde aborda “A Divisão do Lucro em Juro e Lucro do de Empresário. O Capital Produtor de Juros”, Marx inicia dizendo que seja o capital empregado sob forma industrial na esfera da produção ou sob forma mercantil na da circulação, conseguirá ele o mesmo lucro anual médio, na proporção do respectivo montante. E acrescenta:

Dinheiro - considerado aqui expressão autônoma de certa soma de valor, exista ela em dinheiro ou em mercadorias - pode na produção capitalista transformar-se em capital, quando esse valor determinado se transforma em valor que cresce, que se expande. É dinheiro produzindo lucro, isto é, capacitando o capitalista a extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não-pago - produto excedente e mais-valia - e dela apropriar-se. Por isso, além do valor-de-uso, isto é, o de funcionar como capital. Seu valor-de-uso consiste agora justamente no lucro que produz, uma vez transformado em capital. Nessa qualidade de capital potencial, de meio de produzir lucro, torna-se mercadoria, mas mercadoria de gênero peculiar. Vale dizer - o capital como capital se torna mercadoria. (MARX, 1991, p. 392).

Assim, quando o capital se transforma em mercadoria, a parte do lucro chega em forma de juro. É que o desenvolvimento do processo de produção e reprodução capitalista faz com que o dinheiro em si torne-se mercadoria. Mas uma mercadoria especial que não pode ser comprada e vendida e por isso, adquire a forma de mercadoria dada em empréstimo. A essa forma, Marx chama capital portador de juros. Esta fração do capital tem a aparência de ser autônoma e de valorizar-se na esfera financeira.

Na sociedade capitalista, o capital de empréstimo de dinheiro torna-se mercadoria específica com valor de uso e valor, e ao que Marx chamou de capital

portador de juros. O valor de uso do capital que porta juros é o de ser utilizado como capital, impulsionando a produção de valor através do capitalista, aquele que investe diretamente no processo produtivo, que compra meios de produção e matéria-prima e ao final do processo de produção obtém uma nova mercadoria, acrescida de valor, e este por meio da mão do trabalhador.

O capitalista monetário aliena o valor de uso da sua mercadoria, como qualquer outra, mas no caso do empréstimo esta alienação é momentânea, pois o valor retornará a ele acrescido. O valor de uso desta mercadoria será consumido por outra parte. E o lucro é o valor de uso desta mercadoria. Se o lucro é o valor de uso da mercadoria, o juro só pode ser a remuneração pela utilização deste valor, logo, parte dele. É ele que torna esta mercadoria capital.

À medida que cresce a concentração deste capital monetário nas mãos de capitalistas que passam a dispor de grande massa de poupanças de outros milhares de capitalistas dispersos, estes montantes passam a ser disponibilizados para empréstimo. Desenvolve-se assim em ampla escala o sistema de crédito.

No capítulo 25, intitulado “Crédito e Capital Fictício”, Marx inicia sua explanação sobre o crédito da seguinte forma:

Com o desenvolvimento do comércio e do modo capitalista de produção que só produz tendo em mira a circulação, amplia-se, generaliza-se e aperfeiçoa-se esse fundamento natural do sistema de crédito. Em regra, o dinheiro aí serve apenas de meio de pagamento, isto é, vende-se a mercadoria trocando-a não por dinheiro, mas por promessa escrita de pagamento em determinado prazo. Para maior brevidade classificaremos todas as promessas de pagamento na categoria geral de letras. Até no dia do vencimento e pagamento circulam por sua vez como meio de pagamento e constituem o dinheiro genuíno do comércio. Quando por fim se eliminam pela compensação entre débitos e créditos, desempenham absolutamente o papel de dinheiro, pois não há conversão final em dinheiro. Esses adiantamentos recíprocos entre produtores e comerciantes constituem a verdadeira base do crédito, do mesmo modo que a circulação, a letra, constitui o fundamento do dinheiro de crédito propriamente dito, os bilhetes de banco, etc. Estes baseiam-se não só na circulação monetária, de metal ou de papel emitido pelo Estado, mas na circulação das letras. (MARX, 1991, p. 460-461).

No sistema de crédito, o dinheiro se torna um título bancário. Os bancos, por sua vez, emitem títulos com o mesmo valor do dinheiro. Surge, então, o dinheiro de crédito. O dinheiro de crédito origina-se da função do dinheiro como meio de pagamento, já que são colocados em circulação os próprios certificados de dívida, para transferir os respectivos créditos. Por outro lado, ao estender-se o sistema de crédito, estende-se a função do dinheiro como meio de pagamento. Enquanto tal recebe forma própria de existência, na qual ocupa a esfera das grandes transações comerciais. Significa dizer que o dinheiro de crédito é uma forma própria de existência do dinheiro, que realiza e desenvolve a função de meio de pagamento.

Acerca do capital fictício, na obra de Marx se depreende que o capital só pode assumir a forma de capital fictício porque antes assumiu a forma de capital monetário. Ou seja, a possibilidade de existência do capital fictício decorre da própria natureza do dinheiro, enquanto forma autônoma de existência do valor, e se acentua com o desenvolvimento do dinheiro e do sistema de crédito e especialmente do capital a juros. O capital fictício surge, assim, da própria forma capital-dinheiro e se desenvolve

através de sua circulação como capital monetário a juros, no âmbito do sistema de crédito.

O capital fictício nasce como consequência da existência generalizada do capital a juros. Alguns afirmam ser uma falsa ilusão de riqueza. Ademais, o capital fictício dissimula as conexões com o processo real de valorização do capital, ao consolidar a imagem de uma capital que se valoriza autonomamente, particularmente no mercado de compra e venda especulativa, quando, no dizer de Marx, toda a conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida.

No capítulo 26, abordando sobre a “Acumulação de Capital-Dinheiro: Sua influência na Taxa de Juro”, após uma série de exemplificações Marx apresenta algumas indagações: Que tem o juro, que o banqueiro recebe sem comerciar com mercadoria alguma, que ver com as mercadorias? E não obtêm dinheiro à mesma taxa de juros os fabricantes que o aplicam em mercados totalmente diversos onde reinam portanto condições por completo diferentes da oferta e da procura das mercadorias utilizadas na produção?

Segundo Marx, a taxa de juros encontra seu limite na taxa de lucro, e limite este estabelecido pela oferta e procura de capita-dinheiro. Assim, na produção capitalista o juro decorre da função do dinheiro como capital, quando tomado por empréstimo para a produção de mercadorias. Tal função decorre da utilização pelo capitalismo de uma dada soma em dinheiro para a aquisição de meios de produção e força de trabalho para a realização da produção e, com isso, obtenção de lucro, ou seja, mais-valia. O dinheiro como capital passa a se constituir, portanto, numa mercadoria, pois assume um novo valor de uso, distinto do valor de uso do dinheiro enquanto meio de circulação. Daí que a análise da mercadoria-capital quanto a valor de uso, valor de troca e preço é o fundamento para encontrar o determinante ou limite da taxa de juros.

Por sua vez, no capítulo 27, que se volta à análise do “Papel do Crédito na Produção Capitalista”, Marx afirma que:

O sistema de crédito motivou até agora as seguintes observações: I. Necessidade de seu desenvolvimento para produzir-se o nivelamento da taxa de lucro ou a tendência a esse nivelamento sobre o qual repousa toda a produção capitalista. II. Decréscimo dos custos de circulação. 1. Um dos custos principais da circulação é o próprio dinheiro enquanto valor de per si. O crédito poupa-o de três maneiras: a) suprimindo-o em grande parte das transações; b) acelerando o movimento dos meios de circulação; substituindo o dinheiro-ouro por papel. 2. O crédito acelera as diversas fases da circulação ou metamorfose das mercadorias e ainda da metamorfose do capital; em consequência, acelera o processo de reprodução em geral (além disso, o crédito possibilita prolongar os intervalos entre dois atos, o de comprar e o de vender, servindo por isso de base para a especulação). III. O desenvolvimento das sociedades por ações. Daí: 1) Expansão imensa da escala de produção e das empresas, impossível de ser atingida por capitais isolados. 2) O capital que, por natureza, assenta sobre o modo social de produção e supõe concentração social de meios de produção e de forças de trabalho, assume então diretamente a forma de capital social em oposição ao capital privado, e as empresas passam a ser sociais em contraste com as empresas privadas. 3) Transformação do capitalista realmente ativo em mero dirigente, administrador do capital alheio, e dos proprietários de capital em puros proprietários, simples capitalista financeiros. (MARX (1991, p. 503-505).

Como observado, Marx centra-se nas conexões que caracterizam o crédito no interior do processo global de reprodução do capital industrial. Neste capítulo bastante sintético, o economista alemão apresenta o caráter dual do sistema de crédito: por um lado desenvolve a força do sistema capitalista e por outro lado ele constitui a forma da transição para um novo modo de produção.

No esquema apresentado, o sistema de crédito desenvolve a força do sistema capitalista por que: 1) possibilita os movimentos de equalização da taxa de lucro; 2) reduz os custos de circulação (um dos custos é o próprio dinheiro, que é economizado através do crédito ao ser dispensado de boa parte das transações, pela aceleração dos meios de circulação e pela substituição do ouro por papel-moeda; além da aceleração pelo crédito do processo de reprodução em geral); 3) pela formação de sociedade de ações (que expandem a escala da produção, que seriam a abolição da propriedade privada no interior do sistema capitalista e transforma o capitalista ativo em mero gerente) e 4) o crédito oferece ao capitalista individual poder sobre o capital de outros.

### Referências

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, col. Os Economistas, 1985.

MARX, Karl E. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro III: O processo global de produção capitalista. 5. ed. Trad. Reginaldo Sant'anna. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.